

# ACERVO MUSICAL: DESAFIOS NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE PARTITURAS

Daniela de Oliveira Correia<sup>1</sup>

Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli<sup>2</sup>

## RESUMO

Aborda a organização e a representação de documentos musicais impressos – partituras, constituintes de um acervo musical, no que concerne aos desafios que se apresentam aos bibliotecários ou profissionais responsáveis, que desenvolvem o tratamento dessa informação tão particular e pouco explorada nos currículos dos cursos de Biblioteconomia do país. Objetiva-se analisar as práticas de catalogação e recuperação dessa tipologia de documento, apontando os principais instrumentos utilizados por meio dos trabalhos desenvolvidos no acervo musical da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo - OSESP e na biblioteca da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo - ECA-USP, para a investigação e apresentação desse processo e os impactos aos seus usuários. Ainda neste contexto, será retratada a experiência da autora da pesquisa no acervo musical do Instituto Baccarelli, como contribuição ao estudo. Como resultado, busca-se retratar o cenário atual quanto à organização e representação de partituras bem como uma reflexão sobre sua importância enquanto informação e as contribuições, avanços e perspectivas para essa área específica de atuação que deve ter maior apropriação no campo biblioteconômico brasileiro.

**Palavras-chave:** Acervo musical. Música e Biblioteconomia. Organização e representação de documentos musicais impressos. Partituras. Catalogação de partituras. Recuperação de partituras. Acervo musical da OSESP. Biblioteca da ECA-USP.

## 1 INTRODUÇÃO

Organizar, tratar, recuperar e disseminar informação e conhecimento são as principais atividades da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, tendo como objetivo atender às necessidades e demandas de usuários em distintas realidades. Nesse contexto, a catalogação se desenvolve como uma das principais funções nessas áreas do saber. A Catalogação é o processo pelo qual os profissionais da informação criam registros para representar um item,

---

<sup>1</sup> Graduanda na Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação- FaBCI, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP – Coordenadora adjunta no Acervo Musical do Instituto Baccarelli. E-mail: [dannyoliver3@gmail.com](mailto:dannyoliver3@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (2016), Especialista em Bens Culturais: Economia e Gestão pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (MBA - EESP-FGV, 2009). Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP, 1993). Coordena a Biblioteca Walter Wey e o Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca de São Paulo. Docente no curso de Graduação de Biblioteconomia e Ciência da Informação da FaBCI/FESP-SP. E-mail: [imaringelli@fespsp.org.br](mailto:imaringelli@fespsp.org.br)

ou conjunto de informações, tornando-o único num determinado acervo, em vistas de sua recuperação e acesso de forma objetiva e simples, que se dá através do catálogo.

Tradicionalmente, as unidades de informação se detêm aos livros, periódicos, teses, dentre outros, considerando-os como itens a serem catalogados, o que é reforçado no ensino das faculdades de Biblioteconomia. A inovação nessa área vem dos avanços tecnológicos atrelados ao controle informacional e a automação dos sistemas, que revolucionaram as práticas clássicas em decorrência da Sociedade da Informação e do Conhecimento permeadas pela Internet.

A área vem atravessando uma grande evolução em vários âmbitos, mas, em contrapartida, existem itens que têm sua forma de representação negligenciada, como é o caso dos documentos musicais impressos - as partituras, - o objeto a ser estudado nesta pesquisa. Busca-se, neste sentido, responder à seguinte pergunta: A organização e representação de documentos musicais (que neste trabalho serão denominados preferencialmente como partituras) é um desafio para os profissionais da informação?

Entende-se que o tratamento e a organização de partituras engloba uma série de conhecimentos específicos em Música, que requerem do profissional um conhecimento prévio para representar essa forma de manifestação, de modo a compreender todos os campos necessários para sua busca e recuperação, tanto por usuários entendedores como leigos, visto que essas ações de representação e recuperação devem ser convergentes.

Nos cursos de Biblioteconomia, o desenvolvimento das disciplinas, em especial as técnicas, responsáveis pelo tratamento da informação, é possível identificar lacunas no que diz respeito à catalogação e à recuperação de partituras, e com elas o déficit que os usuários se deparam em suas pesquisas, culminado nos desafios enfrentados pelos profissionais da informação no seu processo, que aqui serão investigados, analisados e descritos. Essa análise foi possível ao observar as grades curriculares dos principais cursos de Biblioteconomia do país.

Nos diversos acervos musicais do Brasil, e tratando especificamente da cidade de São Paulo, recorte que se fará neste trabalho, o que se pode verificar é a falta de um efetivo tratamento da informação musical. Não há uma sistematização desse processo e, tampouco, a execução padronizada das regras para o desenvolvimento de um trabalho especializado, em particular, das partituras, conforme análise que será realizada.

Trabalhar por uma uniformização no tratamento de partituras, considerar suas particularidades e a capacitação especializada dos profissionais da informação para desenvolver esse processo, que reflete diretamente nas buscas realizadas pelos usuários

dessa tipologia de informação, pode ser considerado desafios para os bibliotecários, uma hipótese que irá se analisar e refletir no decorrer do estudo.

Numa primeira instância, a presente pesquisa tinha por recorte às práticas de catalogação de partituras como único processo a ser analisado, seja pelo pouco contato que se têm durante a graduação com esta tipologia, ou pelas instituições que abarcam esse tipo de acervo, constituírem um campo de trabalho com poucos bibliotecários atuando. Com o início das pesquisas de levantamento bibliográfico, constatou-se que é um assunto por vezes explorado de forma técnica e específica, ficando evidente que um estudo sobre o tratamento e a recuperação de partituras numa abordagem ampla, bem como a relação dos efeitos e reflexões de suas práticas que afetam diretamente os pesquisadores, usuários e profissionais envolvidos, se delineou como a linha de investigação escolhida para ser explorada.

Tendo-se o tratamento da informação como parte fundamental do exercício biblioteconômico, independente do suporte em que esta se apresente, segue a exposição dos objetivos designados na composição do presente estudo, que visa explorar o tratamento documental dado às partituras.

O objetivo geral será identificar os desafios dos profissionais da informação com relação às práticas de organização e representação de partituras, pelas especificidades que tal material apresenta sua importância enquanto informação e as contribuições, avanços e perspectivas para essa área específica de atuação.

Os objetivos específicos que nortearão este estudo serão os seguintes:

- a) apresentar um breve histórico sobre a Música e apontar as principais especificidades das partituras, seus tipos, elementos e linguagem musical;
- b) apresentar os principais instrumentos de organização e representação de partituras e suas particularidades;
- c) descrever o trabalho realizado com relação à catalogação e recuperação de partituras em trabalhos desenvolvidos na área e por instituições musicais referências na cidade de São Paulo, a saber o acervo musical da OSESP e a biblioteca da ECA-USP por meio de entrevistas com profissionais dessas instituições;
- d) retratar a experiência da autora da pesquisa no acervo musical do Instituto Baccarelli.

De forma pormenorizada, o estudo terá como trajetória a seguinte estrutura:

No capítulo 4 tem-se a descrição das especificidades existentes nas partituras musicais que refletem em sua organização e representação, apresentando um breve histórico sobre a Música, em seguida uma introdução sobre as partituras (tipos e elementos) e termos da

linguagem musical, comuns a este contexto, que compreendem as práticas de busca e recuperação dessa informação delineando uma forma particular de tratamento conforme bibliografia da área, o que se pretende corroborar com a pesquisa de campo que será realizada neste estudo.

O capítulo 5 trará a conceituação de catalogação, uma explanação sobre o desenvolvimento da catalogação de partituras musicais e a apresentação dos principais instrumentos utilizados nesta prática, sendo selecionados os seguintes: AACR2, O RDA e o modelo conceitual FRBR, acrescidos de menções de outras ferramentas que se julgam relevantes, mas que nesta pesquisa terão menor expressividade por não ter como foco um aprofundamento neste tópico.

O capítulo 6 em sua composição visa observar a partir da coleta de dados nos documentos respectivos de cada instituição analisada e através de uma pesquisa de campo, para traçar uma relação e delinear o atual estágio em que se encontram as práticas de organização e representação de partituras musicais, bem como identificar os desafios enfrentados pelos profissionais bibliotecários nesse processo, considerar e refletir sobre um grupo de usuários dessas instituições, ou seja, àqueles para quem esse trabalho é destinado por meio de uma entrevista com questionário semiestruturado com principal ênfase na busca e recuperação.

As considerações finais trarão uma reflexão com as análises e levantamentos do estudo, possíveis novas hipóteses e linhas de pesquisa para trabalhos futuros, assim como um panorama sobre o tema possibilitando torná-lo mais explícito.

O roteiro traçado objetiva delinear um prospecto em que seja possível compreender aspectos técnicos do tratamento de partituras enquanto informação, mas em especial, fomentar uma reflexão sobre sua importância num âmbito social mais amplo que engloba a disseminação na organização e representação dessa tipologia de informação artística, com vistas ao acesso indiscriminadamente.

A Música no Brasil é por vezes utilizada em diversos projetos de políticas públicas, sendo assim, sua democratização através do acesso informacional das partituras, corrobora a reflexão que se faz no presente estudo, como o fato de se constituir uma área crescente de trabalho para apropriação do profissional bibliotecário.

## 2 METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A metodologia visa traçar o caminho a ser seguido dentro de um conjunto de técnicas que possibilitem sistematizar a pesquisa e nortear as decisões e procedimentos para sua realização.

A pesquisa assumirá uma abordagem qualitativa, pois de acordo com Fonseca (2002, p. 20) “se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”, o que representa a linha assumida.

Para Gil (2002, p. 162) “nesta parte, descrevem-se os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa. Sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa”.

Neste contexto, delimita-se a pesquisa como exploratório-descritiva tendo em vista que, enquanto exploratória, irá se dedicar a ter uma maior familiaridade com o problema em questão e buscar torná-lo mais explícito (GIL, 2002, p. 41), por considerar a organização e a representação de partituras musicais um campo a ser analisado e levado a conhecimento entre os bibliotecários e na área biblioteconômica.

Na parte descritiva, por ter “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”, (GIL, 2002, p. 42), é elemento integrante desta pesquisa que em uma parte objetiva descrever e analisar o trabalho realizado com relação à catalogação e à recuperação de partituras por instituições musicais referências na cidade de São Paulo, sendo elas: a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESF) no âmbito de seu acervo de partituras e a Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), especificamente a biblioteca que compreende entre outros, documentos musicais em sua maioria partituras e ainda trará a experiência da autora do estudo frente ao acervo musical do Instituto Baccarelli.

Como técnicas se utilizarão a entrevista não diretiva (com a elaboração de um questionário semiestruturado que consta no Apêndice A), com o intuito de englobar informações e depois coletar os dados relacionados ao objeto de estudo deste trabalho, na observação dos exemplos das instituições mencionadas, bem como consta no tópico anterior, ao se debruçar na bibliografia existente de pesquisas prévias, averiguando suas contribuições e o progresso das técnicas de tratamento dos documentos musicais, particularmente, as partituras (FONSECA, 2002, p. 32-33).

O referencial teórico da pesquisa teve como alicerce a realização, em primeira instância, de um levantamento bibliográfico que se utilizou dos seguintes termos para sua construção: “organização e representação de documentos musicais impressos,” “organização e representação de partituras musicais”, “representação de documentos musicais”, “representação de partituras musicais”, “catalogação de partituras musicais”, “catalogação de Música”, “recuperação de partituras”, “recuperação de música impressa”, “bibliotecário musical”, “Música e Biblioteconomia”.

O período principal do levantamento ocorreu entre os meses de agosto a novembro de 2016, sendo que o mesmo ainda está recebendo inserções conforme a pesquisa com a estrutura elaborada vai sendo aprofundada em cada tópico. Como resultado da pesquisa realizada, apresentam-se os principais autores tomados como base referencial para este estudo: Mey (1995; 2009), Assunção (2005), Pacheco (2009), Macambyra; Ferreira (2014), Cambur (2013), Costa; Turnbull (2011), Código de Catalogação Anglo Americano- AACR2 (2004), Caldas (2007), Vieira (2014), Castro (2013), Lacerda (1967), Harmoncourt (1998) dentre outros.

Com relação às fontes de informação utilizadas, têm-se as seguintes: as bases de dados online da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), da Scientific Electronic Library Online (SCIELO), da Universidade de São Paulo (USP), a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), os periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT), os Repositórios digitais dos eventos: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), Encontro Internacional de Catalogadores (EIC), Encontro Nacional de Catalogadores (ENACAT) e documentos de órgão e federações como no caso da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) .

O presente levantamento teórico teve por objetivo embasar toda a pesquisa em um primeiro nível exploratória, permitindo uma maior proximidade com o tema e o que havia sido produzido em relação a ele, tendo como consequência o recorte escolhido para o estudo e o arcabouço necessário para referenciá-lo.

O estudo ainda está em andamento, sendo assim, por hora irá se apresentar o que foi elaborado, indicar os capítulos que se pretende desenvolver e qual conteúdo irá se abordar em cada um respectivamente. Quanto às considerações finais, essas se darão de forma parcial com base no que foi possível refletir até o momento.

A seguir, têm-se os tópicos que buscam retratar e delinear um panorama sobre a temática apresentada. Conteúdo este que subsidiará as análises aqui desenvolvidas com vistas a formular respostas ao problema de pesquisa proposto.

### **3 CATALOGAÇÃO: conceitos e apresentação dos principais instrumentos**

Este tópico trará alguns conceitos sobre catalogação e apresentará os principais instrumentos utilizados para se ter um panorama dessa atividade considerada essencial na representação da informação.

Compreender a história da catalogação, mesmo que de forma breve, dá suporte ao trabalho de pesquisa em questão, pois é a base para as análises posteriores com relação à organização e representação da informação, neste caso particularmente das partituras musicais, e norteará as discussões em torno dos desafios a se enfrentar em busca do principal objetivo de todo o processo, que é a de atender às demandas dos usuários, segundo Mey (1995, p. 1), uma reflexão pertinente sobre o porquê do fazer biblioteconômico que se faz pertinente a discussão.

A forma que os bibliotecários encontraram para atender as necessidades informacionais de seus usuários, sem que estes tenham que procurar exaustivamente em cada item do acervo, é elaborando representações para esses itens tornando a busca mais simples (MEY, 1995, p. 1). É neste contexto que a catalogação se faz presente como principal instrumento de representação dos itens em um acervo para sua guarda, busca e recuperação.

Pode-se afirmar sobre catalogação como sendo:

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários (MEY, 2009, p. 7).

A catalogação compreende três partes: descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados de localização. Esse procedimento pode ser identificado como a construção de um meio que viabiliza a comunicação entre o usuário e o documento, e para que isto aconteça, Mey (1995, p. 7) aponta alguns critérios que não podem faltar na representação descritiva, tais como: “integridade, clareza, precisão, lógica e consistência”.

É um processo que de forma padronizada pode registrar qualquer item, e organizá-lo de maneira estruturada em uma base de dados ou em um catálogo, que para Mey (1995, p. 7) é:

Catálogo é um canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens codificadas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-os sob forma codificada e organizada, agrupadas por semelhanças aos usuários desses acervos (MEY, 1995, p. 7).

O catálogo se configura, desse modo, em um instrumento importante e o principal canal de comunicação entre o item e o usuário.

A catalogação ao fazer uma descrição dos dados relacionados aos recursos bibliográficos gera uma representação única deste item, para que assim não exista duplicidade para o usuário na hora de localizá-lo, facilitando à procura e o processo de recuperação da informação.

Desse modo, de acordo com Cambur (2013, p. 30):

A catalogação, portanto, consiste em, informar ao usuário a existência de um determinado documento, fornecer ao pesquisador dados necessários para a identificação de seu conteúdo, através de título, autoria e assunto, apresentar sua localização para seu acesso, estabelecendo assim, o encontro entre usuários e documentos (CAMBUR, 2013, p. 30).

Para Caldas (2007, p. 18) a catalogação deve ser vista como “representação do item, não se tratando apenas de um trabalho mecânico”, o que demonstra a habilidade necessária pelo catalogador para desenvolver essa atividade. O que já foi visto como apenas um trabalho técnico, vem ampliando seu alcance por se fazer necessário uma especificação e detalhamento e, conseqüentemente, um conhecimento do item descrito.

A catalogação não é algo novo, historicamente pode-se perceber essa preocupação com a organização dos documentos pela humanidade, desde tempos remotos, como no caso de Calímaco com seu catálogo na Biblioteca de Alexandria, mas sua importância só é realmente evidenciada quando, no século XIX têm-se as primeiras regras de catalogação publicadas, por Panizzi, em 1839 e Cutter, em 1876, que acabam por coincidir com a criação da *American Library Association* (ALA), que culminam no século XX em vários eventos



internacionais com essa temática que ditariam os rumos da catalogação conforme é conhecida e utilizada até os dias de hoje (CAMBUR, 2013, p. 31).

Ao considerar-se que a representação descritiva no panorama atual vem sofrendo mudanças notórias de modelos de descrição bibliográfica convencionais, permeadas pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs), o uso do catálogo automatizado considera-se na importância de facilitar o intercâmbio: favorece para que a disseminação da informação seja em maior alcance e viabiliza a consulta dos itens do acervo de forma remota.

Contudo, a prática da catalogação necessita de normas e instrumentos específicos para a padronização dos itens nos sistemas de automação. Nesse sentido, ainda persistem discussões acerca de uma melhor especificação de dados a nível internacional. Dessa forma, conforme afirma Vieira (2014, p. 112), apesar das constantes inovações e exigências da sociedade atual, o *Anglo-American Cataloguing Rules* ou Código de Catalogação Anglo-Americano- AACR2, (2ª edição revisada), ainda é o mais usado e aceito internacionalmente juntamente com o formato de intercâmbio *Machine Readable Cataloging* ou Catalogação Legível por computador, *MARC 21* para a catalogação automatizada.

A evolução das regras utilizadas pela catalogação e dos sistemas de busca de informação são constantes, e com o objetivo de conquistar maior clareza e precisão na representação e recuperação, surgem novos instrumentos, modelos padronizados para atender a essa demanda, como é o caso da *Resource Description & Access (RDA)*, e os modelos conceituais de base *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)* e *Functional Requirements for Authority Data (FRAD)* (MACAMBYRA, FERREIRA, 2014).

Dos instrumentos apresentados, foram selecionados o AACR2, a RDA e o modelo conceitual FRBR, conforme os subcapítulos a seguir, para que sejam compreendidos de maneira particularizada. O intuito dessa explanação está em contextualizar as principais formas de representação de partituras utilizadas, sem objetivar um aprofundamento em cada ferramenta apresentada pela temática do estudo não estar pautada no processo técnico puramente, e sim em suas consequências para a comunidade atendida.

#### **4.1 Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2)**

Foi com base na *Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação*, conhecida como Conferência de Paris em 1961, que reuniu profissionais de 53 países dentre

os principais órgãos internacionais, que publicaram o AACR que após várias revisões firmou-se em 2002 como o AACR2 tornando-se instrumento indispensável para o catalogador englobando todos os itens de um acervo incluindo as partituras (CAMBUR, 2013. p. 32).

Foi um evento organizado pela *International Federation of Library Association* (IFLA), sendo o primeiro a estabelecer alguns padrões para a catalogação resultando na elaboração do AACR, traduzindo, *Código de Catalogação Anglo-Americano* com base nos princípios consequentes da conferência (PACHECO, 2009, p. 27).

A AACR consiste em um código de catalogação que reúne regras para a organização e representação dos documentos com o seguinte objetivo:

[...] fornecer orientações que permitam uma catalogação descritiva compatível em escala mundial, de forma a facilitar a troca internacional de registros bibliográficos entre agências bibliográficas nacionais e internacionais (CÓDIGO..., 2004, p. 2).

Mesmo com a utilização da AACR, não havia uma preocupação com a padronização descritiva, segundo afirma Pacheco (2009, p. 28), e com o aumento significativo de documentos, a IFLA identificou a necessidade de buscar essa padronização. Para tal, criou um grupo de estudos com a incumbência de elaborar regras de padronização no âmbito internacional.

Surge então em Copenhague em 1969, no encontro internacional de catalogadores, o *International Standard Bibliographical Description*<sup>3</sup> (ISBD) com a definição dos princípios de catalogação com a publicação em 1971 da primeira ISBD (M) destinada à descrição de monografias seguida pela ISBD (G) com a norma geral de descrição e logo após as normas por tipo de material.

De acordo com Assunção (2005, p. 10):

[...] o AACR trata a catalogação no seu sentido amplo, determinando as regras para a descrição bibliográfica e para estabelecimento de pontos de acesso de autores e títulos. Já a ISBD trata a catalogação no seu sentido restrito, a descrição propriamente dita, prescrevendo as fontes que fornecem os dados bibliográficos a serem incluídos na descrição, a ordem em que são apresentados esses dados e a pontuação que os identifica.

Em 1976 organizou-se um grupo de estudos com o objetivo de desenvolver “uma norma internacional de descrição bibliográfica para música impressa, a *International*

*Standard Bibliographical Description for Printed Music*, ou ISBD(PM), que foi publicada em 1980 e revisada em 1991” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 10).

O AACR foi se adequando às normas elaboradas pelas ISBDs sendo publicado em 1978 uma nova revisão o AACR2 (como já mencionado), que foi traduzido e publicado no Brasil somente em 2004 pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), segundo descreve Pacheco (2009, p. 28-29).

No AACR2, a descrição de Documentos Musicais Impressos está localizada no quinto capítulo, mais utilizado para descrição dos elementos das partituras (somente para música publicada), mas ainda pode-se utilizar o capítulo nove que se destina às partituras eletrônicas e também o capítulo quatro para as partituras manuscritas.

Com uma forma padronizada de descrição estabelecida pelo AACR2, os dados sobre esse item, no caso a partitura, devem ser inseridos em um sistema automatizado, visto que é a forma de busca utilizada em grande parte dos acervos do país. Diz-se que na maioria, pois mesmo o processo de automação dos sistemas de informação terem iniciado a partir da década de 80, já de forma tardia em relação aos países considerados desenvolvidos, ainda têm-se no Brasil muitos serviços de informação que não foram informatizados.

O formato bibliográfico MARC 21 é o mais utilizado como ferramenta para inserção dos dados descritos pelo AACR2 para que sejam legíveis pelas máquinas e possam ser compartilhados. Como o presente estudo se pauta nos instrumentos de descrição, ou seja, na representação descritiva das partituras, o formato não será detalhado, o que poderá ocorrer no capítulo que se dedicará a apresentar as práticas do Acervo da OSESP e da biblioteca da ECA-USP.

Segue no quadro 1, a formulação feita por Costa e Turnbull (2011, p. 28), em que elaboram a descrição do AACR2 para Música segundo o capítulo cinco.

---

<sup>3</sup> ISBD – “Descrição Bibliográfica Padrão Internacional” (tradução da autora).

**Quadro 1 – Representação de uma partitura segundo as regras do AACR2:  
capítulo 5**

Entrada principal (ou ponto de acesso principal)  
[Título uniforme]  
Título principal [DGM] = títulos equivalentes : outras informações sobre o título / 1ª indicação de responsabilidade ; cada uma das indicações subsequentes de responsabilidade. – Indicação de edição / 1ª indicação de responsabilidade relativa à edição. – Indicação e representação musical – 1º lugar de publicação etc. : 1º editor etc., data  
Extensão do item : outros detalhes físicos ; dimensão + material adicional. – (Título principal de série / responsabilidade relativa à série, número normalizado da série ; numeração dentro da série. Título da subsérie, número normalizado da subsérie ; numeração dentro da subsérie)

Forma de composição e meio de execução.  
Língua do item e/ou tradução ou adaptação  
Fonte do título principal  
Variações do título principal  
Títulos equivalentes e outras informações sobre o título  
Indicação de responsabilidade  
Edição e histórico  
Notação  
Publicação, distribuição etc  
Duração da execução e descrição física  
Material adicional  
Série  
Dissertações e teses  
Público a que se destina  
Outros formatos  
Conteúdo  
Número do editor e número de chapas  
Exemplar que esta sendo descrito, acervo da unidade e restrições de uso  
Notas iniciadas com a palavra com  
Número normalizado

1. Assunto (s) I. Nome (s) Pessoa, Entidade II. Título (s) III. Serie (s)

Fonte: (COSTA; TURNBULL 2011, p. 28).

Para exemplificar a descrição de uma partitura utilizando as normas contidas no capítulo 5 do AACR2, segue no quadro 2 a apresentação da parte para primeiro violino do Prelúdio que compõe o primeiro movimento das Bachianas Brasileiras de número 4:

## Quadro 2 – Representação de uma partitura segundo as regras do AACR2:

### Prelúdio das Bachianas Brasileiras nº4

Villa-Lobos, Heitor 1887-1959

[Erudita, violino, n. 1, Si menor]

Bachianas brasileiras, nº 4 [música] : Prelúdio - (Introdução) - nº I :

/ H. Villa-Lobos. – Partitura para

violino. – Rio de Janeiro : Fundação orquestra Sinfônica Brasileira, [?], c1941.

1 partitura (2 p.) : il.; 31 cm.

Prelúdio para ser executado por orquestra de cordas sendo a parte descrita referente ao primeiro violino.

Conteúdo não lingüístico.

Título retirado do cabeçalho.

Variações do título principal: Prelúdio nº 1 ; Introdução.

Trata-se de um conjunto de nove peças compostas por Villa-Lobos no período de 1930 e 1945. O Prelúdio (Introdução) faz parte da Bachianas Brasileiras de número 4, que teve seu início de composição na década de 30, sendo finalizada somente anos mais tarde. Foi composta para piano a partir de 1930, mas estreada somente em 1939. Recebeu novo arranjo para orquestra em 1941, estreando em meados do ano seguinte.

Composição: Rio de Janeiro, 1930. Copirraite de Villa-Lobos de 1941 e

Da Orquestra Sinfônica Brasileira sem data expressa.

Duração de aproximadamente 5 min.

1. Música para orquestra I. Título II. Título: Prelúdio nº 1 I. Título: Introdução

Fonte: elaborado pela autora com base em (COSTA; TURNBULL 2011, p. 29).

É possível observar a partitura descrita, no Anexo A que compõe este estudo.

#### **4.2 Resource Descriptions and Access (RDA) e o modelo conceitual *Functional***

##### ***Requirements for Bibliographic Records (FRBR)***

A *Resource Descriptions and Access (RDA)*, foi desenvolvida para a catalogação de documentos em meio digital, tem como base os modelos conceituais *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)* – publicado em 1998, e *Functional Requirements for Authority Data (FRAD)* - publicado em 2000, ambos desenvolvidos pela *International Federation of Library Association and Institutions (IFLA)*.

Trata-se de um código de catalogação que vem sendo considerado como o substituto do AACR2, pois, apesar de seguir os mesmos parâmetros para a catalogação de documentos,

por ser concebido para o meio digital vem munido de algumas diferenças significativas em relação ao código anterior (MACAMBYRA, FERREIRA, 2014).

A RDA pode ser utilizada para descrever qualquer tipo de recurso, inclusive as partituras. Pode ser compreendida considerando seus modelos conceituais, FRBR e FRAD, considerando os FRBR com maior particularidade na presente pesquisa.

Segundo descreve Castro (2013, p. 30), identificou-se a necessidade de estabelecer os requisitos mínimos para os registros bibliográficos, apontados no Seminário de Estocolmo em 1990, e para tal, em 1992 realizou-se um encontro em Nova Deli formando um grupo de trabalho que iniciou um estudo denominado *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) que foi aprovado em 1997 no congresso de Copenhague.

Os Princípios de Paris foram substituídos em 2003 no encontro de especialistas sobre o *Statement of International Cataloguing Principles*, em Frankfurt, quando incorporaram as terminologias definidas no modelo conceitual dos FRBR. A IFLA em 2007 consolida as ISBDs ao reuni-las em uma única publicação compatibilizando sua linguagem de acordo com o FRBR.

Sobre a RDA e seu modelo conceitual FRBR, segundo Velluci (c2007 apud MACAMBYRA; FERREIRA, 2014) o vê como sendo:

Um passo importante para o entendimento das complexidades do universo bibliográfico musical, oferecendo aos catálogos de documentos musicais a habilidade de separar as entidades Obra, Expressão, Manifestação e Item, facilitando a identificação e o agrupamento de materiais relacionados (VELLUCI apud MACAMBYRA; FERREIRA, 2014).

O FRAD é uma extensão e expansão dos FRBR, que segundo Mey (2009), tem por objetivo “criar um quadro de referência claramente definido, estruturado, de modo a relacionar os dados dos registros de autoridade às necessidades dos usuários de tais dados” (MEY, 2009), são considerados uma nova forma de assimilar e representar os documentos.

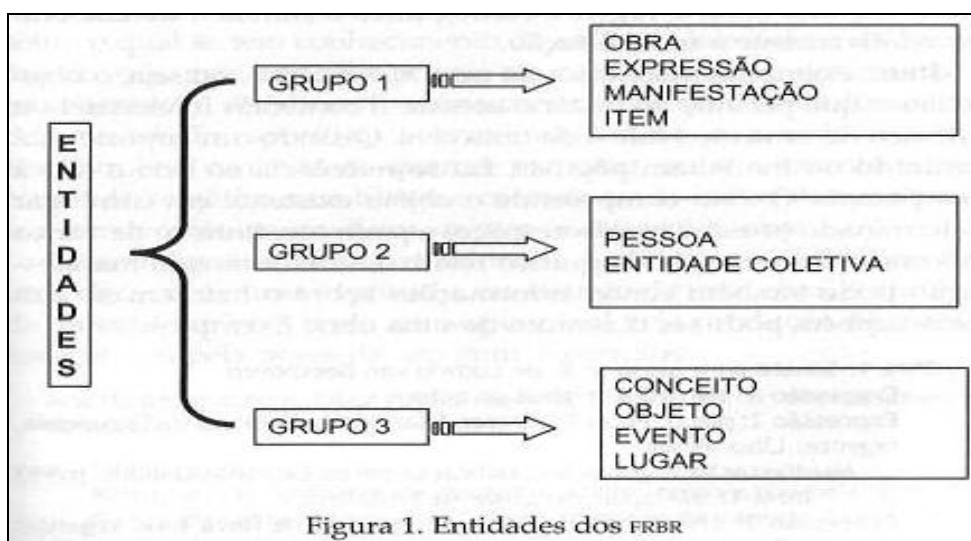
A abordagem adotada pelos FRBR analisa e estrutura a representação do documento de maneira centrada no usuário. Esse novo conceito trabalha as entidades mais complexas de serem representadas de forma mais simples e com um maior entendimento.

A contribuição trazida por Pacheco (2012, p. 9), apresenta a complexidade do tratamento dos documentos musicais, quando diz que:

Os documentos musicais oferecem grandes desafios para a representação bibliográfica e para a organização em sistemas de recuperação da informação. Enquanto unidade documentária, a notação musical tem características de um documento gráfico e de um documento de texto, tornando complexo o tratamento da informação musical (PACHECO, 2012, p. 9).

Desse modo, os FRBRs com suas formas de analisar um item, se apresentam como um instrumento com maiores possibilidades de englobar e representar as informações dos documentos musicais.

Tem-se, a seguir, na figura 1, a representação sobre a estrutura seguida pelos FRBR:



**Figura 1 – Estrutura dos FRBR Fonte: (MEY, 2009, p. 19).**

Os FRBRs de acordo com Mey (2009, p. 18-19), se dividem em Entidades e Relacionamentos, sendo as entidades mais importantes, sem uma definição exata denominada como “uma coisa”, “ser”..., e os atributos como características dessas entidades.

As relações, que são o princípio dos FRBRs, acontecem entre as entidades, que ao todo são 10 distribuídas em 3 grupos (conforme a figura 1 apresentada). Dessa maneira, a autora traz a seguinte explanação:

No grupo 1 encontram-se as entidades que representam os produtos do trabalho intelectual ou artístico. No grupo 2 estão as entidades que representam os responsáveis pelo conteúdo, produção, disseminação e, ou, guarda das entidades do primeiro grupo. No grupo 3 acham-se as entidades que representam os assuntos de uma *obra*. Embora o Grupo 3 estabeleça apenas quatro entidades, todas as demais dos Grupos 1 e 2 também podem representar o assunto de uma *obra*, independente de sua categorização (MEY, 2009, p. 18-19).

O que deve ficar claro é que os FRBRs não dispensam a utilização do AACR2, o código ainda mais utilizado, nem a RDA (que ainda não tem tradução para o português, o que dificulta sua inserção e mantém o AACR2 como o mais utilizado) e os formatos utilizados na automação como o MARC 21 como se pode ver segundo descreve Mey (2009, p. 17-18):

Os FRBR não são um código de catalogação e, em consequência, não descrevem a forma de apresentação dos elementos descritivos: trata-se de um modelo conceitual. Portanto, os FRBR não invalidam a utilização dos códigos de catalogação, ISBD, formato MARC e assemelhados. Pelo contrário, os FRBR se tornam a base conceitual utilizada para o aprimoramento de tais normas, regras e formatos (MEY, 2009, p. 17-18).

De um modo geral, é possível se inferir, com a utilização dos conceitos em que se baseia a RDA, em relação especificamente a catalogação de partituras, que esta contempla o item de forma mais particularizada, tornando sua representação e recuperação mais efetiva e satisfatória.

O trabalho desenvolvido com o catálogo de partituras da biblioteca da ECA-USP teve uma forte influência dos FRBR com relação ao modelo de catalogação em que os bibliotecários se utilizaram como base, sendo assim, a representação prática desse modelo conceitual em partituras musicais neste estudo, se fará, oportunamente, no capítulo destinado a análise dessa instituição para que não se torne repetitivo.

## **CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Com base em todo o conteúdo investigado e descrito, este tópico tem por objetivo apresentar as análises da autora, acrescidas de sua experiência enquanto musicista e à frente de um acervo musical em uma escola de Música, consequentes da pesquisa realizada com vistas a apontamentos e reflexões que possam tornar-se referenciais para a área, especificamente no que concerne a organização e representação de partituras nas instituições



que abarcam esse tipo de documentos, bem como no campo biblioteconômico de um modo geral, com prováveis novas linhas de pesquisa para trabalhos futuros, assim como um panorama sobre o tema possibilitando torná-lo mais explícito.

É possível, no estágio em que a pesquisa se encontra ter subsídios para algumas considerações.

O capítulo que trata sobre a apresentação e conceituação dos principais instrumentos de catalogação deixa evidente que há material consistente para o tratamento de partituras, tanto a AACR2, instrumento ainda mais utilizado, como a RDA e o modelo conceitual FRBR (que foram as ferramentas selecionadas), oferecem o suporte basilar para a organização de um acervo musical, mas, observa-se que se faz necessário que haja uma adaptação correlacionando esses instrumentos para englobar e compreender todos os campos pertinentes para a representação da informação musical constante em uma partitura para sua efetiva recuperação e acesso.

O processo de catalogação não deve ser visto apenas como uma atividade mecânica e puramente técnica, mas requer cada vez mais do profissional, expertises e um detalhamento do item a ser tratado bem como especialização contínua e um aprofundamento conforme demanda específica do material catalogado.

Nesse cenário, o usuário para quem se destina a informação é um fator primordial, mas deve-se primar por uma forma de representação que possa atender desde um especialista no assunto, um pesquisador, como alguém leigo que inicia sua inserção.

É indiscutível que o tratamento de partituras exige um prévio conhecimento em Música, mas assim como é realizado em áreas específicas como a jurídica e a médica, uma capacitação por parte dos profissionais é possível e poderá vir a ser igualmente eficiente e eficaz.

Cada instituição cria seu modelo estrutural de acordo com sua tipologia, princípios e o formato que desenvolvem o trabalho. Com base nessa exposição, utilizou-se na pesquisa acervos musicais em cenários diferentes, a OSESP enquanto instituição musical e a ECA-USP no âmbito de sua biblioteca. Percebe-se que a cultura e o tipo de usuário serão distintos e desse modo, o tratamento das partituras, mas a uniformização que se procura, está em descrever os campos tidos como principais dessa tipologia documental independente dos instrumentos e sistemas utilizados.

Com o desenvolvimento e encerramento da pesquisa, será possível inserir maiores detalhes e as considerações finais de forma concreta.

# MUSICAL COLLECTION: CHALLENGES IN THE ORGANIZATION AND REPRESENTATION OF SCORES

Daniela de Oliveira Correia

Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli

## ABSTRACT

It deals with the organization and representation of printed musical documents - scores, constituents of a musical collection, regarding the challenges presented to librarians or responsible professionals, who develop the treatment of this information that is so particular and little explored in the curricula of the Librarianship courses from the country. The aim of this work is to analyze the cataloging and retrieval practices of this document typology, pointing out the main instruments used through the works developed in the musical collection of the Symphonic Orchestra of the State of São Paulo - OSESP and the library of the School of Communication and Arts of the University of São Paulo - ECA-USP, for the investigation and presentation of this process and the impacts to its users. Still in this context, the experience of the author of the research in the musical collection of the Baccarelli Institute, as contribution to the study, will be portrayed. As a result, it seeks to portray the current scenario regarding the organization and representation of scores as well as a reflection on its importance as information and the contributions, advances and perspectives for this specific area of action that should have greater appropriation in the Brazilian library field.

**Keywords:** Musical collection. Music and Librarianship. Organization and representation of printed musical documents. Scores. Cataloging of sheet music. Recovery of sheet music. Musical collection of OSESP. Library of ECA-USP.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Clara Rabanal da Silva. **Catálogo de documentos musicais escritos: uma abordagem à luz da evolução normativa.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Évora, Lisboa, 2005. Disponível em: < <http://dited.bn.pt/30964/1952/2427.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

CALDAS, Sérgio Eduardo Silva de. **Elementos necessários à representação descritiva de partituras:** um estudo com as Bachianas Brasileiras n.1, 2 e 4 de Heitor Villa-Lobos. 2007. 101 f. Monografia (Bacharelado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: < <http://eprints.rclis.org/11833/>>. Acesso em: 19 out. 2016.

CAMBUR, Aline Cristini. **Catálogo de documentos musicais impressos:** um estudo comparativo. 2013. 53 f. TCC (Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação) - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2013. Disponível em:

<http://biblioteca.fespsp.org.br:8080/pergamumweb/vinculos/000000/00000063.pdf>. Acesso em: 14 set. 2016.

CASTRO, Jonas Borges de. **Catálogo de documentos musicais**: uma releitura das regras de catalogação. 2013. 88 f., il. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em:

[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4886/1/2013\\_JonasBorgesdeCastro.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4886/1/2013_JonasBorgesdeCastro.pdf). Acesso em: 14 set. 2016.

CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO AMERICANO. 2. ed., rev. 2002; tradução para a língua portuguesa sob a responsabilidade da FEBAB. São Paulo: FEBAB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004 2 v. – (AACR2r).

COSTA, Cássia Ferreira; TURNBULL, Melissa Campanini. **Catálogo de música impressa**. 2011. 81 f. TCC (Graduação) Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2011.

FERREIRA, Margarida M. **MARC 21**: formato internacional para dados bibliográficos. 3. ed. Marília: Fundepe, 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em:

<http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/716/1/Metodologia%20da%20Pesquisa%20Cientifica.pdf>. Acesso em 1 jun. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS (IFLA). **Declaração de princípios internacionais de catalogação**. 2009. Disponível em:

<[http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp\\_2009-pt.pdf](http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2016.

MACAMBYRA, Marina Marchini; FERREIRA, Sarah Lorenzon. Catalogação de partituras na biblioteca da eca: relato de experiência. In: Seminário Nacional de Bibliotecas

Universitárias (SNBU), 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte:

SNBU, 2014. Eixo Temático: Organização e serviços de informação (OSI). Disponível em:

<[https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/trabalhos/index.php/sn\\_20\\_bu\\_14/sn\\_20\\_bu\\_14/paper/view/592/190](https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/trabalhos/index.php/sn_20_bu_14/sn_20_bu_14/paper/view/592/190)>. Acesso em: 14 set. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**:

planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração,

análise e interpretação de dados. 6 rev. São Paulo: Atlas, 2006. 289 p. ISBN 85-224-4250-9

MEY, Eliane Serrão Alves. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 217 p. ISBN 978-85-85637-39-2

\_\_\_\_\_. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995. 123 p.

MORENO, Fernanda Passini. **Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos - FRBR**: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata. 2006. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PACHECO, Kátia Lúcia. **Manifestações de obras musicais**: o uso do título uniforme. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n1/27.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2017.

VIEIRA, Ronaldo. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. 305 p. ISBN 978-85-7193-342-2.

### **PESQUISA BIBLIOGRÁFICA (em construção)**

CAVALCANTI, Hugo Carlos; CARVALHO, Maria Auxiliadora. A informação na música impressa: elementos para análise documental e representação de conteúdos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 132-151, jan./jun. 2011. Disponível em <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/489/332>. Acesso em: 19 out. 2016.

COTTA, André Guerra. **O tratamento da informação em acervos de manuscritos musicais brasileiros**. 285p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 2000.

DICIONÁRIO Grove de música: edição concisa. Editado por Stanley Sadie. Tradução: Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 1048 p. Tradução de: The Grove Concise Dictionary of Music.

HARNONCOURT, Nikolaus. **O discurso dos sons**: caminhos para uma nova compreensão musical. Tradução: Marcelo Fagerlande. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. 271 p. Tradução de: Musik als Klangrede: Wege zu einem neuem Musikverständnis.

LACERDA, Osvaldo. **Compêndio de Teoria Elementar da Música**. 3. ed. São Paulo: Ricordi, 1967.

MATOS, Alexandra Linda Herbst. **Documentação musical**: discussão sobre a representação temática de partituras a partir de um enfoque interdisciplinar. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, S. de. **Título uniforme para música impressa**. 2007. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)--Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

RECINE, Analúcia dos Santos Viviani; MACAMBYRA, Marina. **Manual de catalogação de partituras da Biblioteca da ECA**. 2. ed. rev. São Paulo: Serviço de Biblioteca e Documentação/ECA/USP, 2010. 54 p. Disponível em: <[http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/Olga/Manual\\_partituras\\_2010.pdf](http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/Olga/Manual_partituras_2010.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2016.

\_\_\_\_\_. A organização de acervos musicais na ECA/USP: as experiências da biblioteca e do laboratório de musicologia do departamento de música. **Revista de Música**, São Paulo, v. 11, p. 143-154, 2006.

SANTINI, Rose Marie; SOUZA, Rosali Fernandez de. Recuperação da informação de música e a ciência da informação: tendências e desafios de pesquisa. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANCIB, 2007. GT – Organização e Representação do Conhecimento. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viii/enancib/paper/viewFile/2836/1964>. Acesso em: 14 set. 2016.

SANTOS, P. L. V. A. C.; CORRÊA, R. S. R. **Catalogação**: trajetória para um código internacional. Niterói: Intertexto, 2009.

**APÊNDICE A - Questionário para o Trabalho de Conclusão de Curso –  
ACERVO MUSICAL: DESAFIOS NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE  
PARTITURAS**

Objetiva-se com o presente estudo, realizado pela aluna do 6º Semestre/Noturno da Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação (FaBCI) da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), identificar os desafios desses profissionais com relação às práticas de organização e representação de partituras musicais. Deste modo foi proposto o desenvolvimento e aplicação de um questionário em um grupo de profissionais responsáveis por essas atividades nas seguintes instituições: **Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP)** no âmbito de seu acervo de partituras e a biblioteca da **Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)**.

**1. Nome do entrevistado:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**2. Qual instituição está representando:**

Acervo Musical da OSESP

Biblioteca da ECA-USP

**3. Categorias de enquadramento. Se for bibliotecário, indique o grau de formação e a instituição (s) em que se formou. Caso não seja, escreva qual sua formação.**

Bibliotecário

Formação e Instituição (s): \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Outro

Formação e Instituição (s): \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**4. Qual sua idade?** \_\_\_\_\_

5. Fale um pouco sobre sua trajetória de vida e acadêmica: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. Qual seu cargo e as principais funções que desempenha na instituição a qual pertence? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. Você tinha algum conhecimento prévio em Música antes de trabalhar com o tratamento de partituras ou alguma outra experiência anterior com esse tipo de documento? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8. Qual a situação do acervo de partituras quando iniciou seu trabalho na instituição? Havia uma organização? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9. Quais os principais instrumentos de catalogação utilizados? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10. Quais os principais desafios enfrentados na organização e representação das partituras? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

11. É utilizado algum sistema de automação? E quanto ao catálogo, ele é disponibilizado ao público em geral? Por quais meios é possível obter o acesso? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

12. Qual o tipo de público é atendido? É possível a quem acessar e emprestar as partituras? A pesquisa é feita pelo usuário? Há algum treinamento para utilizar a base ou tutorial? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**13. Há algum estudo do usuário? Esta tipologia de material é pouco ou muito consultada?**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**14. É feito algum tipo de capacitação aos novos integrantes da equipe?**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**15. Você visualiza a Música como um campo a ser apropriado pelos bibliotecários no que concerne a organização e representação de partituras?**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**16. Deixe seus comentários e sugestões:**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Finalizo desse modo esse questionário de pesquisa e agradeço por sua participação que se fez essencial para a realização do presente estudo.



ANEXO A – Partitura do Prelúdio das Bachianas Brasileira nº 4 de Villa-Lobos: parte de 1º Violino

Bachianas Brasileiras nº 4

Violino I

Villa-Lobos, H.  
(Rio, 1941)

I - Prelúdio  
(Introdução)

Lento

*mf*

6 1º solo *mf* Todos *mf*

10 1 8<sup>va</sup>

14 *p*

19 2

23

Violino I

27 *cresc. e poco a poco animato*

30 *8va* *Rall.* **3** *A Tempo*

34 *cresc. poco a poco*

38 *8va* *allarg.* *ff* *D.C.*